

Guaraciaba  
Transmissora de  
Energia (TP Sul) S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório sobre a revisão de informações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Diretores da

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 6.2 e 9 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo da concessão e da receita da Sociedade de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (<i>IFRS 15 - Revenue from contract with customer</i>) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Sociedade em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;</li><li>(ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e</li><li>(iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e as respectivas divulgações são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-092563/O-1

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	44.805	136.191
Contas a receber	8	8.595	10.213
Impostos a recuperar		291	1.518
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.632	292
Ativo de contrato	9	76.004	72.794
Caixa restrito	10	818	-
Outros ativos		<u>15.729</u>	<u>8.685</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>150.874</u></b>	<b><u>229.693</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Caixa restrito	10	17.394	15.684
Ativo de contrato	9	1.230.480	1.209.835
Imobilizado		2.184	29
Intangível		<u>210</u>	<u>95</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>1.250.268</u></b>	<b><u>1.225.643</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>1.401.142</u></b>	<b><u>1.455.336</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>- Circulante</b>			
Fornecedores	11	16.336	9.628
Impostos e contribuições sociais	12	1.160	2.597
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	-	4.035
Empréstimos e financiamentos	14	23.136	18.094
Debêntures	15	9.966	9.856
Salários e encargos		451	312
Dividendos a pagar	18.c	33.005	32.387
Encargos setoriais		1.725	1.110
Outros passivos		<u>1.792</u>	<u>1.682</u>
<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>87.571</u></b>	<b><u>79.701</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	351.757	375.932
Debêntures	15	109.596	106.193
Passivo contingente	16	3.760	5.395
Outros Passivos		5.198	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<u>32.146</u>	<u>41.091</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>502.457</u></b>	<b><u>528.611</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18.a	733.832	803.832
Reserva legal	18.b	7.366	5.131
Reserva de retenção de lucros		<u>69.916</u>	<u>38.061</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>811.114</u></b>	<b><u>847.024</u></b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b><u>1.401.142</u></b>	<b><u>1.455.336</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita operacional líquida</b>	19	<b>105.642</b>	<b>128.802</b>
Custo de construção		-	(901)
Gastos operacionais		(16.884)	(8.520)
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(3.652)</u>	<u>(9.867)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>85.106</b>	<b>109.514</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal		(3.240)	(2.493)
Serviços de terceiros		(4.844)	(5.040)
Outros		<u>(340)</u>	<u>(452)</u>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b><u>76.682</u></b>	<b><u>101.529</u></b>
Receitas financeiras	20	4.363	3.845
Despesas financeiras	20	<u>(46.911)</u>	<u>(38.881)</u>
Despesas financeiras líquidas		(42.548)	(35.036)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>34.134</u></b>	<b><u>66.493</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	17	10.574	(29.300)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u><u>44.708</u></u></b>	<b><u><u>37.193</u></u></b>
<b>Resultado por ações (R\$)</b>		<b>0,06</b>	<b>0,05</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	44.708	37.193
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>44.708</u></b>	<b><u>37.193</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Legal	Dividendos Adicionais propostos	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>803.832</b>	<b>3.271</b>	<b>46.613</b>	-	-	<b>853.716</b>
Ajuste da adoção inicial do CPC 47	-	-	-	-	(35.051)	(35.051)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	37.193	37.193
Reclassificação de dividendos adicionais propostos	-	-	(46.613)	46.613	-	-
Compensação de reservas	-	-	-	(35.051)	35.051	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	0	(0)
Reserva legal	-	1.860	-	-	(1.860)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(8.834)	(8.834)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	26.499	(26.499)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>803.832</b>	<b>5.131</b>	<b>-</b>	<b>38.061</b>	<b>-</b>	<b>847.024</b>
Redução de capital	(70.000)	-	-	-	-	(70.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	44.708	44.708
Constituição de reserva legal	-	2.235	-	-	(2.235)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.618)	(10.618)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	31.855	(31.855)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>733.832</b>	<b>7.366</b>	<b>-</b>	<b>69.916</b>	<b>0</b>	<b>811.114</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	34.134	66.493
<b>Ajuste para:</b>		-
Valorização do ativo de contrato	(96.625)	(95.380)
Depreciação	22	42
Juros de empréstimos e debêntures e custos de transação	45.385	-
Provisão Contingência	3.563	35.230
		-
<b>Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais</b>		
Adiantamento a fornecedores	-	(2.491)
Contas a receber	1.618	(4.087)
Impostos a recuperar	1.227	(758)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(5.726)	73
Outros ativos	(7.043)	(3.113)
Ativo de contrato	72.770	52.872
Fornecedores	6.708	1.337
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.866	833
Impostos e contribuições sociais	(1.437)	(2.030)
Salários e encargos	139	55
Encargos setoriais	616	583
Passivo contingente	-	5.395
Outros passivos	110	(2.400)
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>58.327</b>	<b>52.654</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(3.887)	(4.329)
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>54.440</b>	<b>48.325</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Caixa restrito	(2.528)	994
Ativo de contrato	-	(901)
Imobilizado	(2.178)	(4)
Intangível	(115)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividade de investimentos</b>	<b>(4.821)</b>	<b>89</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	-	118.000
Pagamento de empréstimos e debêntures	(21.402)	(29.993)
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(39.603)	(34.595)
Dividendos pagos	(10.000)	-
Redução de capital	(70.000)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(141.005)</b>	<b>53.412</b>
<b>Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(91.386)</b>	<b>101.827</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	136.191	34.364
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	44.805	136.191
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(91.386)</b>	<b>101.827</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

## **Notas explicativas às Demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

#### **a. Da concessão**

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 73.080 mil, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sua evolução demonstrada a seguir:

- 2016/2017 - R\$ 99.373 mil;
- 2017/2018 - R\$ 89.858 mil ( primeira revisão tarifária);

- 2018/2019 - R\$ 92.726 mil;
- 2019/2020 – R\$ 97.045 mil;

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565, estabeleceu a RAP total “Leilão + Autorizações” em R\$ 97.045 para o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (R\$ 92.726 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019).

**b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)**

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

**c. Licenciamento Ambiental**

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

## **2 Base de preparação**

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as Demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos – e o ICPC 22 (IFRIC 23) – Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o Lucro – foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa 4.g.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Ativo de contrato e remuneração do ativo de contrato**

A Companhia mensura o Ativo de contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo de contrato (“TRAF”) é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras.

O saldo do Ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos e, se necessário, busca dados de referência de suas acionistas para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

#### **b. Receita de operação e manutenção**

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

#### **c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo de contrato**

A taxa efetiva de juros corresponde à taxa interna de retorno (TIR), ou seja a taxa de desconto que zera o fluxo de pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada como Ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos de caixas reais estimados e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

#### **d. Margem, receita e custo de construção**

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão com base em avaliação do contrato no início da concessão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica.

**e. Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

**f. Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. Interpretações divergentes dos regulamentos tributários, pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 17.

***Novas normas contábeis efetivas a partir de 01 de janeiro de 2019***

***CPC 06 (R2) - Arrendamentos***

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia analisou todos os contratos que poderiam ser classificados na abrangência do CPC 06 (R2), e, considerando que os contratos são de valores baixos, não há impactos materiais nas operações e resultados da Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não terão impacto significativo nas Demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).

- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de CPC.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## **5 Base de mensuração**

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas Demonstrações financeiras .

### **6.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

### **6.2 Ativo de contrato**

De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão também são registradas como Ativo de contrato.

### **6.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

### **6.4 Outros ativos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

### **6.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### **6.6 Dividendos**

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

#### **6.7 Receita e custo de construção**

Devido à atividade da Companhia sua contabilidade é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita de construção mensurada com base nos seus valores justos e reconhecida como resultado na medida do estágio de conclusão da obra. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

#### **6.8 Receita de remuneração do ativo de contrato**

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

#### **6.9 Receita de operação e manutenção**

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

#### **6.10 Receita de juros sobre aplicações financeiras**

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

#### **6.11 Despesas de juros de empréstimos e debêntures**

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

#### **6.12 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.



### **6.12.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **6.12.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

## **6.13 Encargos regulatórios**

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

#### **6.14 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

##### **a. *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento***

A Companhia reconhece os ativos financeiros, referentes aos contratos de concessão, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando e se os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando e se a Companhia vier a transferir os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### **b. *Ativos financeiros não derivativos - mensuração***

###### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

##### **c. *Passivos financeiros não derivativos - mensuração***

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa e bancos conta movimento	6.778	13.063
Aplicação Financeira - CDB Banco Santander	-	3.561
Aplicação Financeira - CDB Banco ABC	20.674	4.232
Aplicação Financeira - CDB Banco Bradesco (a)	17.353	115.335
	<b>44.805</b>	<b>136.191</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

No mês de fevereiro de 2019 a Companhia efetuou a redução do capital social com utilização de recursos próprios. Vide Nota 19.a.

## 8 Contas a receber

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Vencidos acima de 90 dias	407	191
Vencidos de 61 a 90 dias	20	8
Vencidos até 60 dias	46	1.477
A vencer	8.122	8.537
	<b>8.595</b>	<b>10.213</b>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

## 9 Ativo de contrato

A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

	<b>31/12/2018</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Receita de remuneração</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>31/12/2019</b>
Ativo de contrato	1.282.629	24	96.625	(72.794)	1.306.484
Circulante	72.794	-	-	-	76.004
Não circulante	1.209.835	-	-	-	1.230.480

	31/12/2017	Receita de construção	Receita de emuneração	Recebimentos	Ajuste CPC 47	31/12/2018
Ativo de contrato	1.292.292	902	90.118	(55.221)	(45.462)	1.282.629
Circulante	68.889	-	-	-	-	72.794
Não circulante	1.223.403	-	-	-	-	1.209.835

## 10 Caixa restrito

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2018	Movimentação	31/12/2019
Pagamento de Debêntures	-	818	818
Reserva de Debêntures	-	5.290	5.290
Reserva BNDES	15.684	(3.580)	12.104
	<u>15.684</u>	<u>2.528</u>	<u>18.212</u>
		31/12/2019	31/12/2018
Circulante		818	-
Não circulante		17.394	15.684
		<u>18.212</u>	<u>15.684</u>

## 11 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	6.211	410
China Epri Science & Technology C.	7.577	7.577
Nari Brasil Holding	140	132
Nari Group Corporation	-	1.146
Tabocas Participações	927	-
Siemens Ltda	997	-
Outros	484	363
	<u>16.336</u>	<u>9.628</u>

## 12 Impostos e contribuições sociais

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda retido na fonte	25	389
Contribuição social	18	208
Pis/Cofins/CSLL	-	75
Pis/Pasep	122	118
Cofins	562	549
INSS retido a recolher	1	796
ISS	432	462
	<u>1.160</u>	<u>2.597</u>

## 13 Imposto de renda e contribuição social a recolher

Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Adições 2018	8.247	2.760	11.007
Compensações 2018	(1.477)	(248)	(1.725)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	<u>(3.843)</u>	<u>(1.404)</u>	<u>(5.247)</u>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b><u>2.927</u></b>	<b><u>1.108</u></b>	<b><u>4.035</u></b>
Adições 2019	319	271	590
Compensações 2019	(1.491)	(680)	(2.171)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	<u>(1.756)</u>	<u>(699)</u>	<u>(2.454)</u>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b><u>(2.927)</u></b>	<b><u>(1.108)</u></b>	<b><u>(4.035)</u></b>

## 14 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2019
BNDES - Subcrédito A	378.097	30.605	(29.595)	(19.348)	359.759
BNDES - Subcrédito B	<u>15.929</u>	<u>1.231</u>	<u>(1.191)</u>	<u>(835)</u>	<u>15.134</u>
	<u>394.026</u>	<u>31.836</u>	<u>(30.786)</u>	<u>(20.183)</u>	<u>374.893</u>
	31/12/2017	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2018
BNDES - Subcrédito A	404.394	34.117	(31.273)	(29.141)	378.097
BNDES - Subcrédito B	<u>17.039</u>	<u>1.377</u>	<u>(1.635)</u>	<u>(852)</u>	<u>15.929</u>
	<u>421.433</u>	<u>35.494</u>	<u>(32.908)</u>	<u>(29.993)</u>	<u>394.026</u>
		31/12/2019		31/12/2018	
Circulante		23.136		18.094	
Não circulante		<u>351.757</u>		<u>375.932</u>	
		<u>374.893</u>		<u>394.026</u>	

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

#### **Subcrédito “A”**

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

#### **Subcrédito “B”**

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

#### **Subcrédito “C”**

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Após 2023</b>	<b>Total</b>
BNDES Subcrédito A	31.986	31.986	31.986	31.986	231.815	359.759
BNDES Subcrédito B	<u>1.346</u>	<u>1.346</u>	<u>1.346</u>	<u>1.346</u>	<u>9.750</u>	<u>15.134</u>
	<u><u>33.332</u></u>	<u><u>33.332</u></u>	<u><u>33.332</u></u>	<u><u>33.332</u></u>	<u><u>241.565</u></u>	<u><u>374.893</u></u>

### ***Cláusulas restritivas (Covenants)***

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não atingiu o ICSD mínimo (vide nota 24), estando em conformidade com o Índice de Capital Próprio. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

### ***Principais cláusulas restritivas do BNDES***

- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;
- Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e
- Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

## **15 Debêntures**

A Companhia emitiu debentures no valor de R\$ 118.000.000 (cento e dezoito milhões de reais) em julho de 2018, tendo sua efetiva liquidação em 03 de outubro de 2018.

As debêntures possuem as seguintes características:

- **Oferta:** 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);
- **Código do ativo registrado na CETIP:** TPSU12;
- **Rating da emissão:** AA+ (Fitch Ratings);
- **Valor nominal unitário:** R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- **Data de emissão:** 15/07/2018;
- **Pagamento:** Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- **Data de vencimento:** 15/12/2030;
- **Quantidades de debêntures emitidas:** 118.000;
- **Tipo de Remuneração:** IPCA;
- **Taxa de Juros/Spread:** 7,3870% a.a.;

- Garantias compartilhadas com o BNDES.

Movimentação das debêntures:

	<b>31/12/2018</b>	<b>Juros</b>	<b>Juros pagos</b>	<b>Principal pago</b>	<b>Amortização custo de transação</b>	<b>31/12/2019</b>
Debentures	118.849	13.314	(8.818)	(1.218)	-	122.127
Custo de Transação	<u>(2.800)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>235</u>	<u>(2.565)</u>
	<u>116.049</u>	<u>13.314</u>	<u>(8.818)</u>	<u>(1.218)</u>	<u>235</u>	<u>119.562</u>

  

	<b>31/12/2017</b>	<b>Liberação</b>	<b>Juros</b>	<b>Juros pagos</b>	<b>Amortização custo de transação</b>	<b>31/12/2018</b>
Debêntures	-	118.000	2.536	(1.687)	-	118.849
Custo de transação	<u>-</u>	<u>(2.852)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>(2.800)</u>
	<u>-</u>	<u>115.148</u>	<u>2.536</u>	<u>(1.687)</u>	<u>52</u>	<u>116.049</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Passivo circulante	9.966	9.856
Passivo não circulante	<u>109.596</u>	<u>106.193</u>
	<u>119.562</u>	<u>116.049</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Após 2023</b>	<b>Total</b>
Debêntures	10.397	10.397	10.397	10.397	77.973	119.561
	<u>10.397</u>	<u>10.397</u>	<u>10.397</u>	<u>10.397</u>	<u>77.973</u>	<u>119.561</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Para o exercício de 2019, a companhia identificou o não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, tendo seu detalhamento em Nota de Evento Subsequente.

## 16 Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia com base na avaliação de seus assessores legais constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas.



As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Trabalhistas	454	451
Outros	<u>3.306</u>	<u>-</u>
	<u><u>3.760</u></u>	<u><u>5.395</u></u>

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

Trabalhistas		
Cíveis		<u>28.673</u>
		<u><u>28.673</u></u>

## 17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no prejuízo fiscal e na base negativa foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

### Imposto de Renda e Contribuição social diferidos passivos

#### Base de cálculo

<b>Rendimento do ativo de contrato acumulado em 31/12/2019</b>		<b>456.265</b>
Imposto de renda	25%	111.328
Efeito de ajuste de base fiscal x base societário (IFRS 15)		2.594
Contribuição social	9%	41.064
Amortização		<u>(35.265)</u>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b><u>119.721</u></b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		<b><u>113.704</u></b>

### Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos

Imposto de renda acumulado em 31/12/2018		53.376
Efeito de ajuste de base fiscal x base societário (IFRS 15)		14.820
Compensação		<u>(3.803)</u>
		<b><u>64.393</u></b>
Contribuição social acumulada em 31/12/2018		19.236
Efeito de ajuste de base fiscal x base societário (IFRS 15)		5.498
Compensação		<u>(1.552)</u>
		<b><u>23.182</u></b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b><u>87.575</u></b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		<b><u>72.613</u></b>
<b>Imposto diferido líquido</b>		
<b>31/12/2019</b>		<b><u><u>32.146</u></u></b>
<b>31/12/2018</b>		<b><u><u>41.091</u></u></b>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

<b>Efeito no resultado</b>		<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Imposto de renda e csll diferidos			
Lucro líquido antes dos impostos			
Rendimentos sobre ativos de concessão		<b>30.086</b>	<b>95.380</b>
Imposto de renda diferido	25%	<b>14.327</b>	<b>23.821</b>
Contribuição social diferida	9%	<b>2.708</b>	<b>8.584</b>
Amortização		<b>(28.042)</b>	<b>(14.588)</b>
Total Diferido		<b>(11.007)</b>	<b>17.818</b>
Alíquota efetiva			
Imposto de renda		<b>48%</b>	<b>25%</b>
Contribuição social		<b>9%</b>	<b>9%</b>
<b>Imposto de renda e csll correntes</b>			
<b>Lucro líquido antes dos impostos</b>		<b>34.134</b>	<b>66.493</b>
Adições permanentes ao resultado		212.298	65.112
Exclusões temporárias ao resultado		(234.691)	(97.761)
<b>Lucro real</b>		<b>11.741</b>	<b>33.844</b>
Imposto de renda corrente	25%	2.911	8.437
Contribuição social corrente	9%	1.047	3.045
Ajustes de exercício anterior		3.525	-
Compensação de benefício fiscal		(7.050)	-
<b>Total imposto de renda e contribuição social correntes</b>		<b>433</b>	<b>11.482</b>
<b>Alíquota efetiva</b>			
Imposto de renda		<b>9%</b>	<b>17%</b>
Contribuição social		<b>3%</b>	<b>5%</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido</b>		<b>(10.574)</b>	<b>29.300</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos impostos diferidos foi ajustado de acordo com a adoção de nova prática contábil que, anteriormente, era pelo ICPC 01, passando para o CPC 47.

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 08 de fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a devolução do montante relativo a redução de capital proporcional às composições acionárias, no montante de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), conforme aprovação na Ata de AGE de 22 de outubro de 2018, devidamente registrado na JUCERJA em 05/02/2019 sob nº 00003506370.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 733.832.303,20 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	409.954
Copel Geração e Transmissão S.A.	359.578	393.878
	733.832	803.832

**b. Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

**c. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

**d. Reserva de retenção de lucros**

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão da AGO.

## 19 Receita operacional líquida

	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>
Receita de construção	24	863
Remuneração do ativo de contrato (a)	96.625	95.380
Receita de operação e manutenção	23.589	44.412
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>120.238</b>	<b>140.655</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
Encargos setoriais	(5.404)	(2.834)
Pis	(1.640)	(1.609)
Cofins	(7.552)	(7.410)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>105.642</b>	<b>128.802</b>

## 20 Receitas e (despesas) financeiras

	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	4.413	3.934
Variações monetárias	120	55
Outras receitas financeiras	42	64
Pis	(30)	(30)
Cofins	(182)	(178)
	<b>4.363</b>	<b>3.845</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(45.150)	(38.031)
Juros e multas	(1.028)	(136)
Outras despesas financeiras	(733)	(714)
	(46.911)	(38.881)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(42.548)</b>	<b>(35.036)</b>

## 21 Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e as estratégias de controles e as ações para mitigação dos riscos apropriados e subsequentemente para monitorar esses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle plano de gerenciamento de riscos, revisando sua e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base também no nível e no contexto nas políticas dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

### a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes e ao Ativo de contrato, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	44.805	136.191
Conta a receber	8.595	10.213
Caixa restrito	18.212	15.684
	<u>71.612</u>	<u>162.088</u>

- **Caixa restrito:** Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.
- **Contas a Receber** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**b. Risco de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

- Risco de taxa de juros: Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Instrumentos financeiros por indexador</b>		
Aplicações financeiras		
CDB-DI	38.026	123.129

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

***Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras***

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
<b>Ativos Financeiros</b>					
Aplicações financeiras	38.026	Queda da taxa CDI	2.757	2.068	1.378
<b>Referência para ativos financeiros</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
-			7,25%	5,44%	3,63%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
<b>Passivos Financeiros</b>					
BNDES	374.893	Alta da taxa TJLP	24.630	30.788	36.946
<b>Referência para passivos financeiros:</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
TJLP (%)			6,57%	8,21%	9,86%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,57%, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação as Debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
<b>Passivos Financeiros</b>					
BNDES	119.562	Alta da taxa IPCA	4.794	5.990	7.197
<b>Referência para passivos financeiros</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
IPCA (%)			4,01%	5,01%	6,02%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando IPCA estimado de 4,01%, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

**c. Riscos operacionais**

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de cobertura securitária aos potenciais sinistros.

***Categorias de instrumentos financeiros***

**Ativos financeiros**

Caixa e equivalentes de caixa  
Caixa restrito  
Contas a Receber

**Categoria**

Valor justo por meio do resultado  
Valor justo por meio do resultado  
Valor justo por meio do resultado

**Passivos financeiros**

Fornecedores  
Empréstimos e financiamentos  
Debêntures

Outros passivos financeiros  
Outros passivos financeiros  
Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

#### ***Classificações contábeis e valores justos***

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBÊNTURES
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

#### ***Hierarquia do valor justo***

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

#### ***Gerenciamento do capital***

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

## **22 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.



Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) Garantia de Performance /Fiel	12/04/2019	12/04/2020	R\$ 20.000	100.10.00000789
Cumprimento do contrato de Concessão	30/04/2019	30/04/2020	R\$ 47.000	024612015000107750008719
Riscos Operacionais	12/02/2020	12/04/2020	R\$ 82.532	046692018100101180000860
Responsabilidade Civil	27/12/2019	27/12/2020	R\$ 10.000	5100001025

## 23 Transações com partes relacionadas

### a. Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2019 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 666 (R\$ 1.074 em 31 de dezembro de 2018).

### b. Dividendos

Em 26 de Junho de 2019 houve distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.000, onde R\$ 5.100 foi para acionista State Grid Brazil Holding S.A.(51%) e R\$ 4.900 para Copel Geração e Transmissão.

### c. Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo</b>				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	6.211	410
		Total	<u>6.211</u>	<u>410</u>
<b>Partes relacionadas</b>				
			31/12/2019	31/12/2018
<b>Resultado (Despesas)</b>				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	313	307
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	9.034	5.927
			<u>9.347</u>	<u>6.234</u>

## 24 Eventos Subsequente

Em 31/12/2019 a Companhia não atendeu ao covenant financeiro que estabelece a manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,2. O ICSD é calculado e validado em relatório de asseguração específico disponibilizado aos financiadores, utilizando a fórmula  $ICSD = \text{Geração de Caixa} / \text{Serviço da Dívida}$ . A obrigação de complementação da conta reserva em virtude do descumprimento deste covenant passa a existir após o envio do relatório de asseguração aos financiadores e notificação destes para que a Companhia o faça, havendo disponibilidade de caixa para o cumprimento do estabelecido em contrato. Dessa forma, a administração da companhia espera solucionar tal assunto ainda no primeiro semestre de 2020, não havendo impacto nos saldos contábeis em 31/12/2019.